

Economia.

Carreira policial: chances em vários concursos
Pág. 34

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

CRISE NA INDÚSTRIA

JORNADA MENOR PARA IMPEDIR DESEMPREGO

Proposta do governo é vista com reservas pelo setor produtivo

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

Há algum tempo a indústria nacional vem penando. Nos últimos meses, com a queda nas vendas de carros, o segmento automobilístico, um peso pesado – na hora de produzir e na hora do lobby – acabou batendo na porta do Palácio do Planalto. O recado foi claro: ou o governo ajuda ou demissões, em pleno calendário eleitoral, virão. A força dos sindicatos dos trabalhadores e a proximidade deles com dirigentes petistas ajudaram.

O resultado da pressão das montadoras está perto de sair. O governo já tem pronta uma medida provisória que vai permitir a flexibilização da jornada de trabalho e redução de salários, a fim de evitar uma onda de demissões. A MP está sendo elaborada para atender às montadoras, que enfrentam queda nas vendas e acúmulo de veículos nos pátios, mas está sendo estudada a possibilidade de ser adotada por qualquer setor em momentos de crise.

O presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo, Marcos Guerra, não vê com bons olhos mais essa medida paliativa do governo. “No Brasil, quem faz mais lobby leva o socorro. Pior que a indústria automobilística estão as indústrias do vestuário, moveleira, metalúrgica e várias outras”.

As críticas do dirigente da Findes prosseguiram. “Não é isso que garante estabilidade de emprego na indústria. A queda de fato é grande, o socorro é importante, mas o que precisamos mesmo é de menos tri-

SETOR AGONIZA

Para evitar uma onda de desemprego em plena campanha eleitoral, o governo discute a flexibilização da jornada de trabalho

SITUAÇÃO CAPIXABA É PIOR QUE A BRASILEIRA (Em %)



MAIS CRISE

Outros segmentos importantes para a indústria capixaba dentro da indústria de transformação



Produtos têxteis



Confecção de artigos do vestuário e acessórios



Calçados



Produtos de madeira



Material plástico



Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos



Fabricação de móveis

O QUE PROPÕE O GOVERNO

■ Redução de jornada

Empregados poderão ter a jornada reduzida pela metade e receber no contracheque pouco mais da metade do ordenado, por seis meses

■ Salários menores

O governo dividiria

com os empregadores a conta dos salários, complementando os rendimentos até um determinado teto

■ Encargos

Os empregadores seriam autorizados a recolher também de forma proporcional os encargos trabalhistas

■ Cursos

Os empregados

■ Crise

Para entrarem no programa, as empresas deverão comprovar junto ao governo que enfrentam crise financeira, com avaliação setorial do mercado

serão encaminhados a cursos de qualificação durante a vigência do modelo

SIMULAÇÃO

Um funcionário que ganha R\$ 4 mil, por exemplo, com jornada diária de oito horas, poderia trabalhar quatro horas. Nesse caso, receberia R\$ 2 mil do empregador e um complemento do governo. Por essa fórmula, quanto mais alto for o salário, mais distante ficará a reposição dos 100%. Se o salário for baixo, poderá nem haver perda para o trabalhador

LOBBY FORTE



“No Brasil, quem faz mais lobby leva o socorro. Pior que a automobilística, estão as indústrias do vestuário, moveleira e metalúrgica”

MARCOS GUERRA
PRESIDENTE DA FINDES

metade e receberem no contracheque pouco mais da metade do ordenado, por seis meses. Neste período, o governo dividiria com os empregadores a conta dos salários, complementando os rendimentos até um determinado teto.

“CASUÍSMO”

Apesar do empresariado brasileiro defender há muito tempo uma jornada de trabalho mais flexível, Guerra se mostra cético com relação aos efeitos da medida. “Tenho medo de coisas feitas em ano eleitoral. A flexibilização é muito boa, mas tem de ser algo constante e para todos os setores. Tem de existir mesmo, a crítica é em cima do casuísmo do governo. Por essas e outras que o Brasil, exporta matéria acabada. Somos o país das marcas medíocres”.

Batizada de Programa Nacional de Proteção ao Emprego (PPE), a proposta cria uma nova ferramenta no mercado de trabalho. Os empregados poderão ter a jornada reduzida pela

metade e receberem no contracheque pouco mais da metade do ordenado, por seis meses. Neste período, o governo dividiria com os empregadores a conta dos salários, complementando os rendimentos até um determinado teto.

A proposta, em discussão nas áreas da Fazenda, do Trabalho e na Presidência da República, prevê que as empresas interessadas em adotar o novo modelo comprem junto ao governo que enfrentam crise financeira, com avaliação setorial do mercado.

É o caso da metalurgia no Estado, indústria que emprega 23 mil trabalhadores por aqui. Antônio Falcão de Almeida, presidente do Centro Capixaba de Desenvolvimento Metalmeccânico, diz que o segmento enfrenta sérias dificuldades há dois anos. “A economia desaqueceu, e ainda temos de enfrentar a concorrência dos asiáticos, que pagam menos tributos e menos encargos trabalhistas”.

O dirigente disse achar muito complicado que as medidas propostas sejam aceitas pelos sindicatos laborais. “Tem muito direito garantido, difícil que abram mão. Isso precisa ser muito bem conversado, não é só na caneta”.